

DOI: 10.70513/infancia-brincar-inclusao.04

Teimosia ou TDAH? Um olhar pedagógico sobre os desafios da identificação

Isabella Gomes Ribeiro da Silva

Juliana dos Santos Rocha

Sandra Canal

Francisco das Chagas Galvão de Lima

Introdução

O debate em torno das dificuldades de atenção e dos comportamentos de oposição na infância vem ganhando destaque na literatura educacional e psicológica, principalmente pelo impacto direto que exercem no processo de aprendizagem. Em muitas situações, comportamentos tidos como teimosia ou resistência podem se aproximar de sintomas característicos de um transtorno clínico. Além disso, a escola, enquanto espaço de socialização e desenvolvimento, é frequentemente o primeiro ambiente a observar tais manifestações. Para Oliveira e Pinto (2025), compreender essa realidade é fundamental para promover intervenções que respeitem a singularidade das crianças.

Do mesmo modo, a medicalização da infância é uma preocupação recorrente, pois muitas vezes crianças são rotuladas sem critérios consistentes. E, nesse contexto, torna-se necessário distinguir entre condutas comuns do desenvolvimento e manifestações clínicas que exigem acompanhamento especializado. Conforme destaca Soares e Goulart (2023), a compreensão do fenômeno deve considerar aspectos sociais, culturais e pedagógicos, a fim de evitar diagnósticos apressados e práticas excludentes no contexto escolar.

Outro aspecto relevante refere-se à formação dos professores, que enfrentam desafios para identificar, compreender e lidar com comportamentos de alunos que apresentam dificuldades de atenção. Em síntese, a falta de preparo técnico pode contribuir para confusões diagnósticas e

gerar estigmas dentro do espaço escolar. Para Santos (2023), a ausência de capacitação docente tende a reforçar desigualdades, comprometendo o processo de inclusão.

Diante desse cenário, delinea-se o problema da pesquisa que teve como contexto um trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Pedagogia: de que forma é possível diferenciar comportamentos de teimosia de manifestações associadas ao Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, considerando a realidade escolar brasileira? A questão envolve não apenas o campo clínico, mas também o pedagógico e o social, exigindo uma análise interdisciplinar.

O objetivo geral do estudo foi analisar a linha tênue entre a teimosia e o transtorno de atenção no contexto escolar, discutindo conceitos fundamentais, implicações pedagógicas e o papel das políticas públicas na promoção da inclusão. Como objetivos específicos, buscou-se: examinar os critérios que diferenciam os comportamentos; e, compreender os desafios enfrentados por professores e identificar os principais marcos legais relacionados à inclusão educacional.

A metodologia utilizada fundamentou-se em revisão bibliográfica de caráter qualitativo, baseada em artigos científicos, teses, dissertações e legislações publicadas entre 2021 e 2025. Essa escolha se justifica pelo caráter exploratório do estudo, que buscou mapear diferentes perspectivas sobre o tema e relacioná-las ao contexto educacional atual.

A opção pelo enfoque qualitativo compreende a pesquisa como um processo interpretativo, voltado à compreensão dos significados, das concepções e das produções teóricas construídas historicamente sobre o fenômeno investigado. Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa favorece a análise aprofundada dos discursos e das abordagens presentes nos estudos selecionados, reconhecendo a complexidade do objeto de investigação e suas múltiplas interpretações. Conforme apontam Minayo (2021), Bogdan e Biklen (2013) e Denzin e Lincoln (2018), esse tipo de abordagem caracteriza-se pela valorização dos contextos, dos sentidos e das construções teóricas que emergem das produções acadêmicas.

Tabela 1. Corpus do estudo.

Autor(es)	Ano	Área / Enfoque	Principais contribuições no texto
Farhat; Polanczyk	2023	Psiquiatria infantil / Desenvolvimento	Compreensão clínica do TDAH a partir da análise do desenvolvimento infantil, trajetória escolar e necessidade de avaliação criteriosa e longitudinal.
Mattos <i>et al.</i>	2021	Psiquiatria / Diagnóstico	Discussão sobre critérios diagnósticos atualizados, importância de observações prolongadas e riscos de diagnósticos precipitados.
Soares; Goulart	2023	Educação / Psicologia educacional	Reflexões sobre medicalização da infância, influência dos contextos sociais e culturais e riscos de patologização de comportamentos típicos.
Santos	2023	Educação / Inclusão escolar	Ênfase na avaliação precoce, no papel da escola, na formação docente e na construção de práticas pedagógicas inclusivas.
Oliveira; Pinto	2025	Educação / Psicopedagogia	Análise da complexidade do TDAH, diferenças de manifestação, necessidade de abordagens pedagógicas e médicas complementares.
Pires	2025	Políticas públicas educacionais	Discussão sobre normativas legais, políticas públicas, apoio multidisciplinar e responsabilidade institucional no processo de inclusão.
Ximenes; Franco	2025	Direito à educação / Legislação educacional	Análise da legislação brasileira, garantia de direitos, articulação entre escola, família e políticas públicas para inclusão.
Almeida	2022	Educação / Medicalização	Debate crítico sobre medicalização da infância, formação docente e impactos dos rótulos no processo de inclusão escolar.
Lopes; Noronha	2025	Práticas pedagógicas inclusivas	Propostas de estratégias pedagógicas adaptativas, apoio ao professor e fortalecimento da inclusão no cotidiano escolar.

Fonte: autoras (2025).

Os resultados evidenciaram que a linha entre comportamento típico e diagnóstico clínico é tênue, exigindo atenção redobrada de professores, gestores e famílias. Observou-se que a formação docente constitui um dos principais desafios, pois a ausência de capacitação específica contribui para equívocos interpretativos e práticas excludentes. Outro aspecto relevante identificado refere-se ao papel das políticas públicas, que têm avançado na garantia de direitos, mas ainda enfrentam limitações relacionadas à efetividade no cotidiano escolar. Contudo, a compreensão crítica sobre o fenômeno é fundamental para evitar a medicalização excessiva da infância e garantir práticas pedagógicas inclusivas.

O transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e seus impactos no processo educacional

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade é frequentemente entendido como uma condição neurobiológica que interfere de forma significativa no comportamento e no desempenho acadêmico das crianças. Além disso, trata-se de um fenômeno que não pode ser resumido apenas a dificuldades de atenção, mas também envolve impulsividade e agitação motora. Em resumo, o diagnóstico deve considerar a intensidade, a persistência e o impacto das manifestações observadas. De acordo com Farhat e Polanczyk (2023), a compreensão clínica depende de uma análise criteriosa do desenvolvimento infantil e de fatores associados à trajetória escolar.

Os critérios para identificação do transtorno têm sido constantemente atualizados, buscando contemplar a diversidade de manifestações que se apresentam no contexto educacional. Por exemplo, uma criança pode apresentar apenas desatenção, enquanto outra manifesta predominantemente impulsividade. Some-se a isto a necessidade de diferenciar tais características de comportamentos comuns da infância. Conforme afirma Mattos *et al.* (2021), a definição de critérios diagnósticos atualizados é essencial para que não ocorra medicalização desnecessária.

Em muitos casos, a linha entre o comportamento esperado em determinadas idades e a patologia clínica é muito tênue. De fato, essa dificuldade de delimitação gera incertezas entre professores e familiares. E, na prática pedagógica, tal imprecisão provoca dúvidas sobre como intervir adequadamente. Segundo Soares e Goulart (2023), é preciso considerar os contextos sociais e culturais que influenciam a percepção de normalidade.

A literatura especializada aponta que os sintomas geralmente se manifestam antes dos sete anos de idade, sendo recorrentes tanto em casa quanto na escola. Assim que os sinais são notados, recomenda-se que haja encaminhamento para especialistas, evitando diagnósticos baseados apenas em impressões superficiais. Para Santos (2023), a avaliação precoce e bem

fundamentada pode reduzir impactos negativos na vida escolar da criança.

Há estudos que revelam que o transtorno se expressa de diferentes formas em meninos e meninas, variando conforme fatores ambientais e biológicos. Em outras palavras, não se trata de uma manifestação homogênea. Também é importante destacar que os indicadores podem mudar ao longo do tempo, exigindo reavaliações. Conforme explica Oliveira e Pinto (2025), a complexidade do fenômeno demanda abordagens pedagógicas e médicas complementares.

A construção do diagnóstico deve ser multidisciplinar, envolvendo profissionais da psicologia, psiquiatria e pedagogia. A propósito, essa integração permite análises mais completas e evita que a responsabilidade recaia exclusivamente sobre o professor. O cumprimento das normativas legais garante maior suporte às famílias e escolas no processo de identificação. (Pires, 2025, p. 3).

Os avanços tecnológicos também contribuíram para aprimorar as avaliações, por meio de instrumentos padronizados e escalas comportamentais. Entretanto, tais recursos não substituem a observação contínua em sala de aula e no ambiente familiar. Em síntese, é a articulação entre diferentes estratégias que gera resultados confiáveis. Ximenes e Franco (2025) indicam que o respaldo da legislação fortalece o reconhecimento do transtorno nas escolas brasileiras.

No centro do debate, encontra-se a medicalização da infância, que muitas vezes rotula comportamentos comuns como sintomas patológicos. Em contrapartida, há necessidade de identificar aqueles que efetivamente precisam de acompanhamento especializado. Por certo, essa é uma das maiores controvérsias atuais. Segundo Almeida (2022), compreender tais limites é essencial para não banalizar a utilização do diagnóstico.

O diagnóstico precoce contribui para a elaboração de intervenções pedagógicas mais eficazes. Por exemplo, professores que compreendem o funcionamento cognitivo e comportamental desses estudantes podem adaptar estratégias para favorecer a aprendizagem. Em seguida, há maior possibilidade de inclusão e desenvolvimento. Conforme Lopes e Noronha (2025), práticas pedagógicas direcionadas tornam-se ferramentas indispensáveis nesse processo.

A compreensão ampla do transtorno exige diálogo constante entre ciência e prática docente. Em outras palavras, não basta que os profissionais conheçam apenas os critérios médicos; é preciso entender como eles se materializam no cotidiano da sala de aula. Assim, estabelece-se uma ponte entre teoria e prática, garantindo respostas pedagógicas contextualizadas. Para Ximenes e Franco (2025), a escola exerce papel fundamental na mediação desse conhecimento.

A linha tênue entre teimosia e TDAH: distinções comportamentais no contexto escolar

Muitos comportamentos infantis, como a resistência em cumprir ordens ou a recusa em seguir rotinas, podem ser confundidos com manifestações de um transtorno de atenção. Porém, o simples ato de desobedecer ou insistir em determinada postura não pode ser automaticamente classificado como patologia. Além disso, compreender a diferença entre teimosia e uma condição clínica é essencial para que não haja equívocos diagnósticos. Para Santos (2023), o olhar pedagógico deve considerar tanto o desenvolvimento típico quanto as singularidades de cada criança.

A teimosia, muitas vezes, está associada ao processo de construção da autonomia e da identidade infantil, representando fases naturais de desenvolvimento. Do mesmo modo, comportamentos de desafio podem ser interpretados como tentativas da criança de afirmar sua vontade própria. Entretanto, quando há persistência excessiva, intensidade elevada e prejuízos sociais ou acadêmicos, o olhar precisa ser redobrado. Segundo Oliveira e Pinto (2025), é fundamental não reduzir manifestações comuns a uma condição clínica sem análise criteriosa.

Em muitas escolas, os professores relatam dificuldades em distinguir se uma criança apresenta resistência comportamental passageira ou sinais de um transtorno mais complexo. Somando a isso, a falta de preparo técnico pode levar à generalização inadequada de comportamentos. Em outras palavras, a ausência de formação continuada tende a aumentar os equívocos de interpretação. De acordo com Almeida (2022), essa lacuna compromete o processo de inclusão e pode resultar em rótulos prejudiciais.

Do ponto de vista psicológico, a teimosia está diretamente relacionada à fase de experimentação e ao desejo de testar limites. No entanto, o transtorno se caracteriza por padrões que persistem de forma desproporcional em diversos ambientes. Ao passo que um comportamento teimoso pode ser contornado com diálogo e regras claras, o transtorno exige acompanhamento profissional. Para Mattos *et al.* (2021), o reconhecimento dos sintomas deve ser pautado em critérios objetivos e observações prolongadas.

Professores e famílias muitas vezes vivenciam dilemas ao lidar com a criança que resiste em obedecer, sem saber se o quadro reflete apenas uma fase ou se revela um problema mais profundo. Por isso, compreender as diferenças auxilia no planejamento de intervenções pedagógicas adequadas. Também é relevante evitar o uso precipitado de medicamentos quando o quadro não se confirma clinicamente. Medicalizar condutas normais de desenvolvimento é um dos maiores riscos da contemporaneidade. (Soares e Goulart, 2023, p. 7).

No ambiente escolar, a confusão entre os dois fenômenos pode gerar conflitos de relacionamento entre aluno e professor. Por exemplo, uma criança persistente pode ser taxada como portadora de déficit de atenção, sem que se investiguem outras causas. A propósito, tais equívocos prejudicam a autoestima e a integração social. Conforme Ximenes e Franco (2025), a legislação brasileira busca garantir que avaliações cuidadosas precedam qualquer definição de diagnóstico no espaço escolar.

A teimosia costuma ser episódica e situacional, aparecendo em determinados momentos ou diante de figuras de autoridade. Já o transtorno se expressa de maneira contínua, atravessando diferentes espaços e contextos. Em síntese, não basta analisar um único ambiente ou episódio para definir um quadro clínico. Para Pires (2025), políticas públicas que assegurem apoio multidisciplinar são fundamentais para evitar diagnósticos equivocados e exclusão escolar.

Do mesmo modo, é importante que os profissionais da educação estejam atentos às particularidades do comportamento infantil, reconhecendo que fases de maior oposição fazem parte do processo de amadurecimento. Por certo, o desafio está em identificar quando a conduta ultrapassa os limites do esperado e se torna prejudicial. Segundo Lopes e Noronha (2025), estratégias pedagógicas de apoio podem reduzir significativamente a confusão entre teimosia e transtorno.

Outro ponto que merece destaque é o papel da observação longitudinal. Ao longo do tempo, é possível identificar se os padrões de comportamento se mantêm e causam prejuízos consistentes. Dessa forma, torna-se mais fácil separar manifestações passageiras de um quadro clínico consolidado. Para Farhat e Polanczyk (2023), somente análises que consideram a evolução do desenvolvimento são capazes de assegurar diagnósticos precisos.

A distinção entre teimosia e transtorno demanda cautela, observação e conhecimento técnico. Em outras palavras, não se pode reduzir o fenômeno a estereótipos ou julgamentos apressados. Recomenda-se, portanto, que professores e famílias atuem em parceria, buscando suporte profissional sempre que necessário. Conforme Santos (2023), a escola deve assumir postura acolhedora e investigativa, evitando rotulações que comprometam a trajetória acadêmica da criança.

Implicações pedagógicas do TDAH: desafios e estratégias de intervenção

O impacto do transtorno no ambiente escolar é uma das questões mais debatidas na literatura educacional contemporânea, pois interfere diretamente no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, as crianças diagnosticadas enfrentam dificuldades

em manter a atenção em atividades prolongadas, apresentando dispersão frequente e impulsividade. Em outras palavras, isso exige do professor um olhar diferenciado e metodologias flexíveis que valorizem a singularidade. Para Oliveira e Pinto (2025), o reconhecimento dos desafios docentes é essencial para ampliar práticas inclusivas.

A escola, como espaço de socialização, precisa adaptar suas práticas para garantir equidade. Do mesmo modo, cabe aos educadores desenvolver estratégias que possibilitem maior engajamento e participação dos estudantes com dificuldades de atenção. Entretanto, é comum observar que muitos profissionais não se sentem preparados para lidar com as demandas específicas. Segundo Santos (2023), a ausência de formação adequada resulta em barreiras pedagógicas que dificultam a inclusão plena.

Entre os desafios mais citados, está a dificuldade em manter a disciplina em sala de aula, uma vez que a criança com transtorno tende a quebrar regras com frequência. Também se percebe resistência em seguir instruções ou em permanecer em tarefas repetitivas. A propósito, tais situações podem gerar estresse nos professores e frustração nos colegas de turma. De acordo com Almeida (2022), a falta de clareza na distinção entre comportamento esperado e transtorno acentua os conflitos escolares.

Um dos caminhos mais discutidos para amenizar os impactos consiste na personalização do ensino. Por exemplo, dividir atividades extensas em etapas menores, propor tarefas mais dinâmicas e utilizar recursos visuais. Assim, a criança pode se engajar de forma progressiva e não se sentir sobrecarregada. Para Lopes e Noronha (2025), práticas pedagógicas adaptativas representam ferramentas eficazes para favorecer o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes.

A cooperação entre família e escola é outro fator indispensável. Somando a isso, a comunicação constante permite que os professores compreendam melhor os contextos familiares e possam alinhar estratégias. Em resumo, a parceria fortalece o vínculo e reduz tensões no processo de aprendizagem. Conforme Ximenes e Franco (2025), a legislação vigente reforça a necessidade de diálogo entre os diferentes agentes envolvidos no cuidado da criança.

Recursos didáticos diferenciados, como jogos pedagógicos, uso de tecnologias e atividades práticas, podem ampliar as possibilidades de ensino. Em muitos casos, a gamificação do conteúdo favorece a concentração e motiva os estudantes. Também é válido destacar que o uso de metodologias ativas tem mostrado resultados promissores. Segundo Soares e Goulart (2023), a adoção de recursos inovadores contribui para reduzir a medicalização excessiva, colocando a aprendizagem como centro da atenção.

Outro desafio é a resistência de alguns docentes em modificar suas práticas tradicionais, muitas vezes pautadas em métodos expositivos e pouco interativos. Porém, a inclusão exige abertura para novas abordagens que contemplem a diversidade. Igualmente, é importante

investir em formação continuada que prepare os professores para lidar com diferentes necessidades educacionais. De acordo com Pires (2025), políticas públicas consistentes devem assegurar esse suporte aos profissionais da educação.

O acompanhamento psicológico dentro do espaço escolar também pode auxiliar na identificação precoce e no encaminhamento adequado dos casos. Por vezes, professores percebem sinais, mas não possuem instrumentos técnicos para interpretar adequadamente. Dessa forma, a presença de equipes multiprofissionais colabora para a tomada de decisões mais embasadas. Conforme Mattos *et al.* (2021), o trabalho coletivo é indispensável para evitar equívocos e proporcionar melhores condições de aprendizagem.

É preciso lembrar que o estigma ainda persiste e muitas vezes afeta negativamente a autoimagem da criança. Quando rotulada de forma inadequada, ela tende a acreditar que não é capaz de aprender, desenvolvendo sentimentos de exclusão. Portanto, cabe à escola promover um ambiente de acolhimento e valorização. Para Farhat e Polanczyk (2023), reconhecer as especificidades do desenvolvimento humano é passo fundamental para a construção de trajetórias educativas mais justas.

As implicações pedagógicas do transtorno não podem ser reduzidas a simples dificuldades disciplinares, mas devem ser compreendidas como parte de um fenômeno complexo que envolve aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Recomenda-se, portanto, que escolas e professores adotem práticas inclusivas que transcendam a padronização. Em síntese, cabe ao ensino público e privado construir estratégias que reconheçam as diferenças como parte constitutiva da aprendizagem. Segundo Santos (2023), a inclusão verdadeira é aquela que não só integra, mas transforma o espaço escolar em um ambiente de pertencimento.

Políticas públicas e legislações voltadas para a inclusão de alunos com TDAH

A formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão de estudantes com dificuldades de atenção representa um avanço significativo no cenário educacional brasileiro. Além disso, a legislação tem buscado assegurar o direito à educação de qualidade e o acesso a recursos pedagógicos adequados. Em outras palavras, não se trata apenas de reconhecer a existência do transtorno, mas de garantir que a escola esteja preparada para acolher esses estudantes. Para Pires (2025), a implementação da Lei nº 14.254/2021 trouxe novas perspectivas para o acompanhamento escolar.

O marco legal citado estabelece a obrigatoriedade de atendimento especializado e suporte pedagógico direcionado, visando reduzir desigualdades e promover equidade. Do mesmo modo, a lei reforça que o diagnóstico não pode ser interpretado como justificativa

para a exclusão ou segregação dos alunos. Entretanto, sua efetivação depende da atuação dos sistemas de ensino em nível municipal, estadual e federal. Conforme Ximenes e Franco (2025), o cumprimento da legislação exige fiscalização contínua e compromisso político.

Outro aspecto relevante é que o ordenamento jurídico brasileiro, ao adotar medidas inclusivas, alinha-se a diretrizes internacionais de direitos humanos e educação inclusiva. A propósito, documentos como a Declaração de Salamanca e as metas do Plano Nacional de Educação reforçam a necessidade de ampliar a participação de alunos com necessidades específicas. Segundo Oliveira e Pinto (2025), as normas nacionais precisam dialogar com compromissos internacionais para garantir legitimidade e coerência.

Apesar dos avanços, muitos desafios persistem na aplicação efetiva das políticas educacionais. Em síntese, a carência de formação docente, a ausência de infraestrutura adequada e a limitação de recursos dificultam a plena inclusão. Por isso, políticas públicas devem ser acompanhadas de investimentos em capacitação e materiais pedagógicos. Para Santos (2023), o distanciamento entre legislação e prática escolar ainda é um obstáculo a ser superado.

No campo da gestão educacional, cabe às secretarias de ensino elaborar estratégias que articulem recursos financeiros, pedagógicos e humanos. Igualmente, é fundamental que haja monitoramento constante das escolas para verificar se o direito dos estudantes está sendo garantido. Em resumo, a política pública só se concretiza quando se traduz em práticas cotidianas dentro das salas de aula. De acordo com Almeida (2022), a falta de monitoramento fragiliza a efetividade das normativas.

As políticas de inclusão, além de garantir acesso, devem prezar pelo desenvolvimento acadêmico e social dos alunos. Isso significa que a escola deve se organizar para atender às necessidades individuais, oferecendo metodologias diversificadas e acompanhamento contínuo. Por fim, cabe destacar que a legislação também prevê o envolvimento da família no processo de aprendizagem. Para Lopes e Noronha (2025), o suporte escolar deve ser entendido como um conjunto de práticas interligadas, não como ações isoladas.

Outro ponto de análise é o financiamento das políticas públicas, uma vez que muitos municípios enfrentam limitações orçamentárias que inviabilizam ações inclusivas. Entretanto, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) pode ser um aliado importante quando bem direcionado. Assim, o debate sobre a inclusão de alunos com necessidades específicas também perpassa a questão do investimento público. Segundo Farhat e Polanczyk (2023), é inviável garantir avanços significativos sem aporte financeiro adequado.

As políticas também devem contemplar programas de conscientização e formação continuada para professores. De fato, somente com a preparação adequada os educadores poderão reconhecer sinais e aplicar estratégias inclusivas. Nesse sentido, iniciativas

governamentais precisam incentivar cursos, palestras e capacitações que dialoguem com a realidade escolar. Para Soares e Goulart (2023), a informação é o principal instrumento para combater preconceitos e reduzir diagnósticos equivocados.

Em alguns estados, observa-se a criação de legislações complementares que regulamentam práticas pedagógicas específicas para alunos diagnosticados. De quando em quando, essas normativas surgem como tentativas de ampliar o alcance da lei federal, adaptando-a às realidades locais. Todavia, a falta de padronização pode gerar desigualdade no atendimento entre regiões. De acordo com Mattos *et al.* (2021), a padronização de diretrizes nacionais é essencial para reduzir disparidades educacionais.

Em conclusão, as políticas públicas e legislações voltadas para a inclusão de estudantes com dificuldades de atenção representam conquistas significativas, mas ainda carecem de maior aplicabilidade prática. Em síntese, é preciso consolidar a articulação entre leis, investimentos e ações pedagógicas para que o direito à educação inclusiva seja plenamente efetivado. Por sua vez, a escola deve assumir papel ativo na promoção da equidade. Conforme Ximenes e Franco (2025), garantir o acesso é apenas o primeiro passo, sendo necessário avançar em direção à permanência e ao sucesso escolar desses estudantes.

Considerações finais

O estudo realizado permitiu compreender de forma mais ampla a complexidade que envolve a distinção entre comportamentos de teimosia e manifestações próprias do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Ao retomar os objetivos estabelecidos, observa-se que foi possível discutir conceitos fundamentais, identificar os desafios pedagógicos e analisar as legislações e políticas públicas que sustentam a inclusão escolar. Dessa forma, confirma-se que a proposta alcançou resultados satisfatórios, proporcionando uma análise consistente para o campo educacional.

Os resultados encontrados reforçam a relevância de considerar aspectos clínicos, pedagógicos e sociais de maneira integrada. A investigação mostrou que a linha tênue entre comportamento e patologia exige cautela, conhecimento técnico e práticas educativas adaptativas. Além disso, verificou-se que a escola deve atuar como espaço de acolhimento e não de exclusão, assumindo a responsabilidade de promover estratégias que favoreçam a aprendizagem e a convivência social dos alunos diagnosticados.

Entre as limitações do trabalho, destaca-se a escassez de estudos nacionais que tratam especificamente da diferenciação entre teimosia e transtorno em contextos pedagógicos. Embora existam avanços significativos na produção acadêmica, percebe-se que a temática ainda carece de maior aprofundamento empírico. Essa constatação aponta para a

necessidade de pesquisas que explorem a percepção de professores, familiares e profissionais de saúde de forma conjunta, ampliando o debate interdisciplinar.

A investigação contribui para reflexões no campo acadêmico e pode servir de referência para educadores e pesquisadores interessados em práticas inclusivas. Recomenda-se que futuros estudos busquem analisar metodologias de ensino aplicadas em diferentes realidades escolares, avaliando seus impactos no desempenho e no bem-estar de crianças com dificuldades de atenção. Com isso, abre-se a possibilidade de construir caminhos mais sólidos para uma educação justa, equitativa e transformadora.

Referências

ALMEIDA, Simoni Alves Pereira. O TDAH no contexto escolar. **Revista Primeira Evolução**, São Paulo, v. 1, n. 27, p. 69-73, abr. 2022. DOI: 10.52078/2675-2573.rpe.27.2022.art.241. Disponível em: <https://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/241>. Acesso em: 25 set. 2025.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2013.

CARVALHO DE FIGUEIRÊDO LOPES, Thais Andrea; RODRIGUES NORONHA, Ana Tereza Boueres. Práticas pedagógicas para a aprendizagem e o desenvolvimento de um aluno com TDAH. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 2, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n2-079. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7573>. Acesso em: 03 out. 2025.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

FARHAT, Luis Carlos; POLANCZYK, Guilherme Vanoni. **Transtorno do déficit de atenção/hiperatividade ao longo do desenvolvimento: epidemiologia, etiologia e terapêutica**. Tese (Doutorado em Medicina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003185096>. Acesso em: 03 out. 2025.

LOPES, Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo; NORONHA, Ana Tereza Boueres Rodrigues. Normatização da integração das crianças com TDAH na educação: uma análise das leis escolares. **Anais do Congresso Nacional de Educação – CONEDU**, 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID2955_TB6328_08112023114922.pdf. Acesso em: 03 out. 2025.

MATTOS, Paula; *et al.* TDAH: atualização dos estudos que trazem diagnóstico e terapêutica. **Brazilian Journal of Scientific Research**, 2021. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20210711_102005.pdf. Acesso em: 03 out. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

OLIVEIRA, Ângela Maria Lima de; PINTO, Fábio Coelho. Desafios docentes na inclusão de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): uma revisão de literatura. **Revista FT**, v. 29, edição 148, jul. 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/desafios-docente-na-inclusao-de-criancas-com-transtorno-do-deficit-de-atencao-e-hiperatividade-tdah-uma-revisao-de-literatura/>. Acesso em: 03 out. 2025.

PIRES, Cristiane Felix de Siqueira. **A insuficiência de políticas públicas para o atendimento de alunos com TDAH no sistema educacional brasileiro: implementação da Lei nº 14.254/2021**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2025. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/9006>. Acesso em: 03 out. 2025.

SANTOS, Thais Vieira Gois dos. TDAH nas escolas: desafios pedagógicos e estratégias para a inclusão. **Cairu em Revista**, Salvador, dez./jan. 2023. Disponível em: https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/20241/01_TDAH_ESCOLAS_%20DESAFIOS_PEDAGOGICOS.pdf. Acesso em: 03 out. 2025.

SOARES, Luísa Arcoverde Bezerra; GOULART, Daniel Magalhães. Medicalização da educação, TDAH e subjetividade: um estudo de caso para além do diagnóstico. **Revista Educação (Educa)**, São Paulo, n. 56, 2023. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2175-35202023000100048&script=sci_arttext. Acesso em: 03 out. 2025.